

As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios.^S

*Dra. Marilda Villela Yamamoto**

El tiempo
Tiene color de noche
De una noche quieta.

...
Y el tiempo se ha dormido
para siempre en su torre.
Nos engañan
Todos los relojes.

El tiempo tiene ya horizontes
(Lorca**)

1. Introdução

Vivemos uma época de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização. A mistificação inerente ao capital, enquanto relação social alienada, que monopoliza os frutos do trabalho coletivo, obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que,

* Texto base da conferência inaugural do *XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*, que tem como tema central: *La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana*. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004.

* Assistente social, Doutora em Ciências Sociais, Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente aposentada, e Prof. Visitante do Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Autora dos seguintes livros, publicados em língua espanhola: *Servicio Social y División del Trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos* (São Paulo, Cortez Ed., Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, vol. 2, 1992) e *El Servicio Social en la Contemporaneidad: trabajo y formación profesional* (São Paulo, Cortez Ed., Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, vol. 9, 1992.); e em co-autoria com Raul de Carvalho, *Relaciones Sociales y Trabajo Social*. Lima, Celats, 1983.

** LORCA, Federico Garcia. "Meditación primera y última". In: *Obra poética Completa*. São Paulo, Martins Fontes, 1966, pp. 610.

destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia mais restrito e seletivo, que lhes permita produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem, com isso, as desigualdades e, com elas, o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é potenciado pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas, pelos poderes imperialistas, como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias.

Transformações históricas de monta alteraram a face do capitalismo e, em especial, de nossas sociedades na América Latina. Na contra-tendência de um longo período de crise da economia mundial, o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de “ajustes estruturais” por parte dos Estados. Preconizadas pelos países imperiais por intermédio dos organismos multilaterais, essas políticas dão livre curso ao capital especulativo financeiro, destituído de regulamentações e à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais. Um mundo internacionalizado requer um *Estado dócil aos influxos neoliberais mas, ao mesmo tempo, forte internamente* - ao contrário do que é propalado pelo ideário neoliberal da minimização do Estado - *para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos, comprometendo a soberania das nações.*

O projeto neoliberal é expressão dessa reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta a perda de rentabilidade e “governabilidade”, que enfrentou durante a década de 1970 (Fiori, apud Soares, 2003), no marco de uma onda longa de crise capitalista (Mandel, 1985). O capital cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo aos seus domínios e objetivos de acumulação o conjunto das relações sociais, a economia, a política, a cultura.

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa de um lado, na *naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história;* e de outro lado, em um *retrocesso histórico*

condensado no *desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras*, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em “problemas ou dificuldades”, causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais.,

Como lembra Yazbek (2001), o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em *dever moral*. Opera uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*. É nesse sentido que a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas *ao arbítrio do indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado*. As conseqüências do trânsito *da atenção à pobreza da esfera pública dos direitos para a dimensão privada do dever moral* são: a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial, a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista e a regressão dos direitos sociais. O resultado no campo das políticas públicas na área social, na América Latina, tem sido o reforço de traços de improvisação e inoperância, o funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização do acesso aos serviços dela derivados. Permanecem políticas casuísticas e fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas”. (Yazbek, 2001:37).

Como reafirma Soares (2003:12):

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O

local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência com um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social”.

O resultado tem sido uma ampla radicalização da concentração de renda, da propriedade e do poder, na contrapartida de um violento empobrecimento da população, uma ampliação brutal do desemprego e do subemprego, o desmonte dos direitos conquistados e das políticas sociais universais, impondo um sacrifício forçado a toda a sociedade. Á reestruturação da produção e dos mercados, apoiada mais em métodos de consumo intensivo da força de trabalho que em inovações científicas e tecnológicas de última geração, somam-se mudanças regressivas na relação entre o Estado e sociedade quando a referência é a vida de todos e os direitos conquistados pelas grandes maiorias.

A cultura da “pós-modernidade”, na sua versão neoconservadora, é produzida no lastro do atual estágio de acumulação flexível do capital (Harvey, 1993). Ela é condizente com a mercantilização universal e sua indissociável descartabilidade, superficialidade e banalização da vida. Gera tremores e cismas nas esferas dos valores e da ética orientadas à emancipação humana. O pensamento pós-moderno contrapõe-se às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna, cultivam as “grandes narrativas”. Questiona, nivelando, os paradigmas positivista e marxista e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micro-social. Invade a arte, a cultura, os imaginários e suas crenças, os saberes cotidianos, as dimensões étnicas, raciais, religiosas e culturais na construção de identidades esvaziadas de história (Cf. Netto, 1996).

Mas, ao mesmo tempo, essa sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Este cenário avesso aos direitos atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate e de sua afirmação na realidade latino-americana, em sua unidade de diversidades. Um debate que considere as particulares condições sócio-históricas e

culturais de nossos países que fundam a construção dos direitos enquanto conquistas e/ou concessões do poder e os dilemas de sua efetivação na prática social. Estes são também, dilemas do Serviço Social.

Um contexto sócio-histórico refratário aos influxos democráticos *exige, contraditoriamente, a construção de uma nova forma de fazer política que impregne a formação e o trabalho dos assistentes sociais. E que acumule forças na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, que reduzam o fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais.* Requer, portanto, uma concepção de cidadania e de democracia para além dos marcos liberais. A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Nessa concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana, como sustenta Coutinho (2000).

A cena contemporânea reclama, com urgência, *um tempo de “política dos cidadãos”*, como qualifica Nogueira (2001:58):

“concentrada no bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens”.

É a *“política com muita política”*, em contraposição à *“pequena política”* e à *“política dos técnicos”*, a contra-política. Em outras palavras, *o novo que perseguimos é o compromisso com a prevalência do debate público e da participação democrática, que abra caminhos para que cidadãos organizados interfiram e deliberem nas questões de interesse coletivo, na busca de consensos possíveis para resolver os conflitos, organizar e viver a vida.* (idem).

Esse é o terreno que atualiza a *luta por direitos*, fundamental em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. Sabemos que um *projeto democrático* se constrói no jogo de poderes e contra-poderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular. Dele somos parte, sem abrir mão da crítica e do controle social do Estado. Este é terreno em que um projeto ético-político profissional comprometido com a universalização dos direitos pode enraizar-se e expandir-se.

O Serviço Social latino-americano está reconstruindo uma *face acadêmica, profissional e social renovada*, cujas origens remontam ao movimento de reconceitualização, voltada à *defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos*, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social. Na contramão dos dogmas oficiais, segmentos da categoria dos assistentes sociais têm buscado um compromisso efetivo com os *interesses públicos, atuando na defesa dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs e na sua viabilização* junto aos segmentos majoritários da população, *o que coloca a centralidade da questão social para o trabalho e a formação profissional no contexto latino-americano*.

Poder-se-ia dizer que, na América Latina, os assistentes sociais há muito acenaram a *bandeira da esperança* - essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota, contradizendo a cultura da indiferença, do medo e da resignação que conduz à naturalização das desigualdades sociais, da violência, de preconceitos de gênero, raça e etnia. E conseguiram manter viva a *capacidade de indignação ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos das classes subalternas com os quais trabalhamos cotidianamente*. A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos.

Afirmamos o compromisso profissional com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado. Importantes investimentos acadêmico-profissionais foram realizados no sentido de se construir *uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico*, norteadores do projeto de profissão que defendemos. *É nesse quadro de renovação do Serviço Social nos campos da formação acadêmica - em suas indissociáveis dimensões de pesquisa, ensino e extensão - e do trabalho profissional na órbita das políticas sociais, que se atualiza o debate sobre a questão social e a formação profissional em Serviço Social no contexto das novas relações de poder e da diversidade latino-americana, tema central deste XVIII Seminário Latino-americano de Escolas de Serviço Social.*

A exposição, a seguir, considera: a) O Serviço Social contemporâneo: fundamentos históricos, teórico-metodológicos, e ético-políticos; b) o projeto profissional c) Serviço Social e as estratégias para o enfrentamento da questão social: desafios para a formação e para o trabalho profissional.

2. O Serviço Social contemporâneo: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos.

2.1. Perspectiva de análise

Para analisar a profissão como parte das transformações históricas da sociedade presente, é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é, romper com uma *visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos*. E buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional, as condições e relações de trabalho nas quais se realiza, afetam as atribuições, competências e requisitos de formação do assistente social.

Exige alargar os horizontes para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade. Não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o

Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. O atual quadro sócio-histórico não se reduz, portanto, a *um pano de fundo* para que se possa, *depois*, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais.

A análise crítica desse quadro requer um *diagnóstico não liberal sobre os processos sociais e a profissão neles inscrita*. Uma análise do Serviço Social que afirme a centralidade do trabalho na conformação da questão social e dos direitos sociais consubstanciados em políticas sociais universais, em contraposição às alternativas focalizadas e fragmentadas de combate à pobreza e à miséria, que trata as maiorias como residuais.

Como pensar o Serviço Social nesse contexto?

Desde a década de oitenta vem sendo reiterado que a profissão de Serviço Social é uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*¹, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais². Ao indagar sobre *significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, tem-se um ponto de partida e um norte*. Este não é a prioridade do mercado - ou da esfera da circulação -, tão cara aos liberais. Para eles, a esfera privilegiada na compreensão da vida social é a esfera da distribuição da riqueza, visto que as leis históricas que regem a sua produção são tidas como leis “naturais”, isto é, assemelhadas àquelas da natureza, de difícil alteração por parte da ação humana.

¹ Essa perspectiva de análise foi introduzida no Serviço Social brasileiro, em 1982. Cf. IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relaciones Sociales y Servicio Social*. Lima, Celats, 1983. IAMAMOTO, M. V. *Servicio Social y División del Trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos* São Paulo, Cortez Ed., Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, vol. 2, 1992.

² A centralidade do trabalho na constituição dos indivíduos sociais foi diluído nas interpretações do marxismo herdadas do movimento de reconceituação, - um marxismo sem Marx - carregado com fortes marcas do estruturalismo francês de Althusser e do marxismo soviético e/ou de inspiração maoísta.

A análise do Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas visa superar os influxos liberais, que grassam as análises sobre a chamada “prática profissional” como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Os processos históricos são reduzidos a um “contexto” distinto da prática profissional, que a condiciona “externamente”. A “prática” é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços, seu “cliente”, desvinculada da questão social e das políticas sociais. Esta visão a-histórica e focalista tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a análise da sociedade e da profissão, - desqualificado como “teoricismo” - em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda. Nesta perspectiva, a formação profissional deve privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção no social”. Este caminho está fadado a criar um profissional que *aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade*. Corre o perigo de ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc - a tarefa de pensar a sociedade. *O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com profissão*. Certamente o Serviço Social é uma profissão que, como todas as demais, envolve uma atividade especializada - que dispõe de particularidades na divisão social e técnica do trabalho coletivo - e requer fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética, a formação de habilidades, densas de política. A perspectiva de análise da profissão, ora apresentada, contrapõe-se às concepções liberais e (neo)conservadoras do exercício profissional.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a partir da teoria social crítica, é entendida como reprodução *da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições*. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado.

O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Desdobra-se a reprodução da vida material e espiritual, ou seja, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas artísticas, filosóficas e científicas - através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade.

Este modo de vida implica contradições básicas. Por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio (quem produz não é quem se apropria da totalidade do produto do trabalho, da riqueza criada coletivamente). Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da questão social nesta sociedade.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho. Aprofunda desigualdades e cria novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder, pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. É uma noção aberta ao vir a ser histórico, à criação do novo. Captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes e sujeitos que as constituem, as formas mistificadas que as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação pela ação criadora dos homens na construção da histórica.

Este rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho *economicista*, *politicista* ou *culturalista*. A preocupação é afirmar a ótica da *totalidade na apreensão da dinâmica da vida social* e procurar identificar como o Serviço Social participa no processo de produção e reprodução das relações sociais.

As condições que peculiarizam o trabalho do assistente social são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. Como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, o trabalho profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses, tendendo a ser cooptado pelas que têm uma posição dominante. Reproduz, também pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital e do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, como ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadoras, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política coletiva para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, embora não se possa excluir esses atores do contexto do trabalho profissional.

Isto significa que o exercício profissional participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade nas quais se inscreve o exercício profissional é atravessada por projetos sociais distintos - projeto de classes para a sociedade -, cria o terreno sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. Tem-se, portanto, a presença de forças sociais e políticas reais – não mera ilusão -, que permitem à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua.

Em síntese, o Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da ideologia, isto é, na criação de bases políticas para a hegemonia das classes fundamentais. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições

favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Por outro lado, se essas relações são antagônicas; se, apesar das iniciativas do Estado visando o controle e à atenuação dos conflitos, esses se reproduzem, o Serviço Social contribui, também, para a reprodução dessas mesmas contradições que caracterizam a sociedade capitalista.

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento de nossas sociedades, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão - seu caráter transitório e socialmente condicionado - ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam.

Pensar o projeto profissional supõe articular essa *dupla dimensão*: a) de um lado, as condições macro-societárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo - apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos - dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

2.2. Os fundamentos do processo de institucionalização e desenvolvimento da profissão: trajetória e desafios.

É freqüente a afirmativa que o Serviço Social se torna profissão quando impõe *uma base técnico-científica às atividades de ajuda, à filantropia*. Em outros termos, quando se processa uma *tecnificação da filantropia*. Está é a tônica do discurso dos

pioneiros e de grande parte da literatura especializada, abrangendo, inclusive, autores do movimento de reconceitualização. É uma visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, como se ele fosse fruto de uma evolução interna e autônoma dos sujeitos que a ele se dedicam.

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadoras da industrialização e urbanização, que traz, no seu verso, a questão social. A luta dos trabalhadores por seus direitos invade a cena política, exigindo do Estado o seu reconhecimento público. O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1978), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social.

O Estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social. O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional, legitimada pelo poder. O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes - rompendo com a tradicional filantropia -, para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores.

O Serviço Social desenvolve-se dentro de um padrão de desenvolvimento do pós-guerra, nos chamados “trinta anos gloriosos” que marcaram uma ampla expansão da economia capitalista sob a hegemonia do capital industrial³. A expansão industrial, inspirada no padrão fordista-taylorista, voltada à produção em massa para o consumo de massa, dinamiza a acumulação de capital gerando excedentes, parcela dos quais é canalizada para o Estado, no financiamento de políticas públicas, contribuindo para a socialização dos custos de reprodução da força de trabalho. A política keynesiana, direcionada ao “pleno emprego” e à manutenção de um padrão salarial capaz de manter o

³ Resgato a seguir elementos da análise contida no meu livro: IAMAMOTO, M. V. *El Servicio Social en la Contemporaneidad: trabajo y formación profesional*. São Paulo, Cortez Ed., Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, vol. 9, 1992.

poder de compra dos trabalhadores, implicou o reconhecimento do movimento sindical em sua luta por reivindicações políticas e econômicas. Permitiu assim que famílias pudessem aplicar sua renda monetária para consumir e dinamizar a economia. A prestação de serviços sociais públicos foi estimulada criando condições para a constituição e desenvolvimento da profissão.

Esse padrão de acumulação entrou em crise em meados dos anos 1970. Somouse, na década de 1980, uma reorientação do poder no cenário internacional, em decorrência da *débâcle* do Leste Europeu.

Profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho têm sido introduzidas ante as novas exigências do mercado oligopolizado em um contexto de internacionalização do capital. Internacionalização orquestrada não mais pelo capital industrial, mas pela *financeirização da economia*. As mudanças na produção de bens e serviços se complementam com novas relações entre o Estado e sociedade, fundadas numa visão que atribui ao Estado a responsabilidade prioritária pelas desgraças e infortúnios que afetam a sociedade. A contrapartida é uma santificação do mercado e da iniciativa privada, esferas da eficiência, da probidade, da austeridade (Borón, 1995). A resultante é *um amplo processo de privatização da coisa pública*: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome das exigências do grande capital financeiro e dos compromissos com as dívidas interna e externa.

Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam também as formas de sociabilidade. Vive-se a “sociedade de mercado” (Lechner, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado - tido como o eixo regulador da vida social -, invadem diferentes esferas da vida social. Estas passam a ser analisadas segundo uma lógica pragmática e produtivista que erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência como critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade – “é assim mesmo, não

há como mudar” -, ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias.

Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. O enfraquecimento das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimulam atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais.

A competitividade internacional erige a qualidade dos produtos como requisito para enfrentar a concorrência, exigindo ao mesmo tempo reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade. Nesta lógica, o rebaixamento dos custos do chamado “fator trabalho” tem peso importante: envolve cortes de salário e de direitos conquistados. Surge o trabalhador polivalente, chamado a exercer várias funções no mesmo tempo e com o mesmo salário. Verifica-se um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal, tanto nas empresas, quanto no Estado.

Esse processo estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico para enfrentar a concorrência intercapitalista, contribuindo para a redução de custos e ampliação dos níveis de lucratividade. Resulta em mudanças nas formas de organizar a produção e consumir a força de trabalho, envolvendo ampla redução dos postos de trabalho. Reduz-se a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital. Apoiada na robótica, na micro-eletrônica, na informática, dentre outros avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho.

Complementam esse quadro radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pela terapêutica neoliberal, traduzidas nas políticas de ajuste, recomendadas pelo “Consenso de Washington”. (Baptista,1994). Por *meio de vigorosa*

intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder, contraditoriamente conclama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado na questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal. Daí a proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. Programas focalizados e seletivos substituem as políticas sociais de acesso universal. Requerem *cadastro e comprovação da pobreza como se ela fosse residual*, com todos os constrangimentos burocráticos e morais às vítimas de tais procedimentos. Dentre as características daqueles programas sociais, como sintetiza Soares (2003), tem-se a dependência de *recursos externos* para o seu financiamento; o *caráter transitório* que impede sua continuidade no espaço e tempo, comprometendo seus impactos e a sua efetividade; o estímulo *ao autofinanciamento* – via pagamento direto – em detrimento de formas públicas e distributivas, típicas de regimes tributários mais justos; *a substituição de agentes públicos estatais por “organizações comunitárias” ou “não governamentais” financiadas por recursos públicos* e que, nem sempre, preservam o caráter público de suas ações no acesso aos programas e nos contratos de trabalho de seus agentes. Estes são geralmente submetidos ao trabalho temporário, aos baixos salários e à precarização. Os *critérios de gestão empresarial* – custo-benefício, terceirização, produtividade etc – passam a ser incorporados pelos organismos estatais, ao mesmo tempo em que é estimulada a *privatização*, com alto grau de mercantilização dos serviços sociais. A descentralização das políticas e programas sociais, nem sempre é acompanhada de correspondente transferência de recursos.

Diante de tais características, o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para as políticas e serviços sociais públicos.

Esse novo momento de expansão capitalista altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos e as condições de trabalho nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação do trabalho assalariado.

2.3 Questão social e Serviço Social.

O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho, Questão social apreendida enquanto *o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais nas organizações públicas privadas - inseparáveis de uma dimensão educativa ou político-ideológica -, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às mais variadas expressões da questão social, tais como são experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que ao vivenciam as desigualdades a elas resistem e expressam seu inconformismo. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações através das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla*

perspectiva: para que se possa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade e os processos de sua produção e reprodução ampliada; e para projetar e forjar *formas de resistência e de defesa da vida*. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano.

Na atualidade, a questão social diz respeito ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A questão social expressa *desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*. Coloca em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania*. (Ianni, 1992), no embate pelo *respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos*. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalhamos

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais.

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento *processo de criminalização* que atinge as classes subalternas (Ianni:1992; Guimarães:1979) Recicla-se a noção de “classes perigosas” - não mais laboriosas-, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza”* ou *em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao

invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social, no Brasil, atualizam a articulação *assistência focalizada/repressão*, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação.

Uma *dupla armadilha* pode envolver a análise da questão social quando suas múltiplas e diferenciadas expressões são desvinculadas de sua *gênese comum*, desconsiderando os processos sociais contraditórios -na sua dimensão de totalidade - que as criam e as transformam.

Corre-se o risco de cair *na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas. Deriva na ótica de análise dos “problemas sociais” como problemas do indivíduo isolado e da família, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais*⁴. Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na *autonomização de suas múltiplas expressões* – as várias “questões sociais”,- em detrimento da perspectiva de unidade. Impede, assim, resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume.

Outra armadilha é aprisionar a análise em um discurso genérico, que redundando em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao desconsiderar suas expressões específicas que desafiam a “pesquisa

⁴ A maioria dos programas focalizados de combate à fome e miséria tem as famílias como alvo.

concreta de situações concretas”. (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos, os massacres indígenas, etc.).

Concluindo, constata-se hoje *uma renovação da velha questão social*, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, *sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas na sociedade contemporânea*, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas na periferia dos centros mundiais, em um contexto de internacionalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, na cena contemporânea.

Nesse cenário a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela *evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam*. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas – na sua maioria silenciada pelos meios de comunicação - no âmbito do trabalho, do acesso aos direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc.

A hipótese de análise é a de que na raiz do atual perfil assumido pela questão social na América Latina, encontram-se as políticas governamentais de favorecimento da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais -, como força que captura o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das “exigências dos mercados” (Salama, 1999; Chesnais, 1996). Existe uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa, que re-configuram a questão social na cena contemporânea⁵.

⁵ Este tema será aprofundado em outro debate, do qual participo, no XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social: *Questão social e política social na formação profissional em Serviço Social*.

Nessa perspectiva, *a questão social não se identifica com a noção de exclusão social*, hoje generalizada, dotada de grande consenso nos meios acadêmicos e políticos. Ela torna-se uma palavra mágica, que tudo e nada explica, ocorrendo uma “fetichização conceitual” da noção de exclusão social (Martins,1997).

Castel (1997) refere-se às “armadilhas da exclusão”, denunciando a sua inconsistência teórica: uma “palavra valise”, utilizada para definir todas as misérias do mundo. É uma noção que se afirma pela qualificação negativa – a falta de –, empregada com uma heterogeneidade de usos, sem dizer, com rigor, no que consiste e de onde vem. No amplo estudo desenvolvido por Castel (1998) sobre as metamorfoses da questão social, parte de uma noção fortemente enraizada na escola sociológica francesa, na ótica da *integração social*: uma “dificuldade central a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão social e tenta conjurar os riscos de sua fratura” (Castel, 1997, 1998). Todavia, sua pesquisa leva-o a afirmar a centralidade do trabalho assalariado na emergência e desenvolvimento da questão social. Na atualidade, sua base encontra-se no questionamento da função integradora do trabalho assalariado, com a desmontagem do sistema de proteção e garantia do trabalho protegido e com *status*, ou seja, *da sociedade salarial*. Ela é fruto da “desestabilização dos estáveis”, da instalação da precariedade, da cultura do aleatório -em que cada um é chamado a viver o dia a dia -, do crescimento dos “sobrantes”, aqueles que não têm lugar nesta sociedade. E o caminho anunciado encontra-se na trilha da luta pelo direito ao trabalho.

Martins (1997, 2002) também questiona o rigor analítico e a novidade da noção de “exclusão”. Sustenta ser sua novidade a “sua velhice renovada”, resultado de uma metamorfose de conceitos - passando pelas teorias da marginalidade social e da pobreza -, que procuravam explicar a ordenação social capitalista e o descompasso crônico que a caracteriza entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Em outros termos, indica a necessidade de compreensão de uma antiga questão: as desigualdades sociais, um dos aspectos da crise da sociedade de classes. Supõe a *insuficiência da teoria das classes*, diluindo a figura da classe trabalhadora na do excluído, que não é um sujeito de destino, destituído da possibilidade de fazer história. O protesto social e político em nome dos excluídos se resolve no horizonte da integração na sociedade que os exclui, na

reprodução ampliada dessa mesma sociedade. Salienta que os “excluídos não protagonizam nem realizam uma contradição no interior do processo produtivo”, mas são tidos como o resíduo crescente de um desenvolvimento econômico considerado ‘anômalo’. Redunda em uma luta conformista e fala de um projeto de afirmação do capitalismo, dos que a ele aderiram. Segundo o autor, o discurso da exclusão é expressão ideológica de uma *praxis* limitada da classe média e não de um projeto um anticapitalista e crítico, cujo desafio é tornar a sociedade beneficiária da acumulação. Considera a exclusão social “um sintoma grave de uma transformação social, que vem, rapidamente, fazendo de todos seres humanos descartáveis, reduzidos à condição de coisa, *forma extrema da vivência da alienação e da coisificação da pessoa*, como já apontava Marx em seus estudos sobre o capitalismo” (Martins, 2002:20).

2.4 O assistente social como trabalhador assalariado.

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, dispendo de estatutos legais e éticos que atribuem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e à condução do exercício profissional. Ao mesmo tempo, o exercício da profissão se realiza mediante um contrato de trabalho com organismos empregadores - públicos ou privados-, em que o assistente social figura como trabalhador assalariado. *Estabelece-se uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada.*

Assim, assistente social é também um(a) trabalhador(a) assalariado(a), qualificado(a), que depende da venda de sua força de trabalho especializada para a obtenção de seus meios de vida. A objetivação dessa força de trabalho qualificada enquanto atividade (e/ou trabalho) ocorre no âmbito de processos e relações de trabalho, organizados por seus empregadores, que detêm o controle das condições necessárias à realização do trabalho profissional. Assim, as alterações que incidem no chamado “mundo do trabalho” e nas relações entre o Estado e a sociedade - que têm resultado em uma radicalização da questão social -, atingem diretamente o trabalho cotidiano do assistente social. O trabalho profissional é, pois, parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade, operando a prestação de serviços sociais que atendem a

necessidades sociais e realizando, nesse processo, práticas sócio-educativas, de caráter político-ideológico, que interferem no processo de reprodução de condições de vida de grandes segmentos populacionais alvos das políticas sociais.

O Serviço Social reproduz-se como uma especialização do trabalho por ser socialmente necessário: o agente profissional produz serviços que têm um valor de uso, porque atendem as necessidades sociais. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, enquanto trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um *efeito na produção -ou na redistribuição- do valor e/ou da mais valia e nas relações de poder político e ideológico*. Assim, por exemplo, na empresa industrial, o assistente social, como parte de um trabalhador coletivo, participa do processo de reprodução da força de trabalho, essencial à produção da riqueza. Na esfera estatal participa do processo de redistribuição da mais valia, via fundo público. Aí seu trabalho se inscreve, também, no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da *coisa pública*. Pode contribuir para o partilha do poder e sua democratização - no processo de construção de uma “contra-hegemonia” no bojo das relações entre as classes - ou ainda, para o reforço das estruturas e relações de poder pré-existentes.

Em outros termos, passar da análise profissão para o seu *processamento* no âmbito de condições de trabalho e relações sociais determinadas representa um avanço importante. Incorpora os avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos acumulados, nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, *abre um leque de possibilidades, ainda não integralmente exploradas, no sentido de afinar, com maior rigor, as propostas analíticas sobre o Serviço Social com as provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano*.

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na sua condução de seu trabalho – o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional - os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de

seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. E oferecem o *back-ground* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. Portanto articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados⁶.

Todavia as atividades desenvolvidas sofrem outro vetor de demandas: as necessidades dos usuários, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, reelaboradas na ótica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa a atividade profissional.

Portanto, as condições de trabalho e relações sociais em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social. Os objetivos e projetos propostos, que direcionam a ação, têm uma importância fundamental, na afirmação da condição dos indivíduos sociais como sujeitos da história. Como assinala Engels (1977):

⁶ A análise do significado social do trabalho profissional, na ótica da totalidade, supõe decifrar as relações sociais nas quais se realiza em contextos determinados: as condições de trabalho, o conteúdo e direção social atribuídas ao trabalho profissional, as estratégias acionadas e os resultados obtidos, o que passa pela mediação do trabalho assalariado e pela correlação de forças econômica, política e cultural no nível societário. Articula, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis à viabilização do trabalho. Aliam-se a estes determinantes os compromissos firmados no contrato de trabalho (salário, jornada, benefícios, etc) e sua efetivação, envolvendo padrões de produtividade, formas de gestão, entre outras dimensões, que afetam o conteúdo do trabalho do assistente social. Certamente as respostas acionadas dependem do perfil social e profissional dos assistentes sociais e, em particular, da apropriação teórico-metodológica para leitura dos processos sociais, princípios éticos, a clareza quanto às competências, atribuições e o domínio de habilidades adequadas ao trabalho concreto realizado, o que condiciona a eleição das estratégias acionadas, a qualidade e resultados dos serviços prestados.

“a vontade move-se pela reflexão e pela paixão. Mas a reflexão e a paixão têm também uma determinação social, porque são impulsionadas por forças propulsoras que agem por detrás dos objetivos. Se os objetivos visados, ao nível individual e coletivo, são produto da vontade, não o são os resultados que dela decorrem, que passam por múltiplos vínculos sociais no âmbito dos quais se realiza a ação”

Logo, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do assistente social.

Concluindo, para atribuir densidade histórica ao projeto profissional é necessário reconhecer as *forças sociais* que o polarizam. E, concomitantemente, efetuar a análise *da organização dos processos de trabalho em que se inscreve o assistente social* para estabelecer uma base realista -, sem perder o encanto do sonho e da utopia -, às projeções profissionais e sua viabilização. Exige caminhar da análise da profissão ao seu efetivo exercício, o que supõe articular *projeto profissional e trabalho assalariado*.

3. O projeto profissional.

Segundo Netto (1999:95), os projetos profissionais, construídos coletivamente pela categoria profissional, apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas (entre estes, também e destacadamente, com o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores. Expressam um processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão. São, portanto, estruturas dinâmicas, que respondem às alterações das necessidades sociais sobre as quais opera, fruto das transformações econômicas, históricas e culturais da sociedade. Mas expressam,

também, o desenvolvimento teórico e prático da profissão e as mudanças na categoria profissional (idem).

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se e renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica no campo dos valores, da ética e da política. Realizou um forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador. Buscou adequar criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente. E fez um radical giro na sua dimensão ética e no debate nesse plano. Constituiu democraticamente a sua base normativa, expressa na Lei da regulamentação da profissão que estabelece as competências e as atribuições profissionais e no Código de Ética do Assistente Social, de 1993. Ele prescreve direitos e deveres do assistente social, segundo *princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano*:

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia – da socialização da participação política e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo;
- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, *indicam um novo modo de operar o exercício profissional. Aqueles princípios estabelecem balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que se realiza e para as expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.*

É nos limites dos princípios assinalados, que se move o pluralismo, que reconhece a existência de distintas orientações teórico-metodológicas e ético-políticas, que marcam presença na arena profissional. Impõe o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam a ordem vigente. Porém o pluralismo propugnado não se identifica com a sua versão liberal, em que todas as tendências profissionais são consideradas no mesmo nível, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão, os diferentes vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, apoiados em forças sociais também diversas.

Os outros pilares em que se apóia o projeto profissional são: a legislação relativa à *regulamentação da profissão*⁷, que representa uma defesa da profissão na sociedade e *as diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social*, que vêm sendo construídas coletivamente no bojo do processo de renovação do Serviço Social nos vários países.

O desafio maior para a efetivação desse projeto na atualidade é torná-lo um *guia efetivo para o exercício profissional*. Exige num radical esforço de integrar o *dever ser com sua realização*, sob o risco de se deslizar para uma *proposta ideal*, abstraída da realidade histórica.

⁷ A Lei da regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil estabelece as competências e atribuições privativas do assistente social, que expressam a capacidade de apreciar e dar resolutivez a determinados assuntos: 1) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos *na área de Serviço Social*, com a participação da sociedade civil; 2) planejar, organizar e administrar programas e projetos em *unidades de Serviço Social*; 3) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades em *matéria do Serviço Social*; 4) realizar visitas, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres *em matéria* do Serviço Social; 5) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população; 6) realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, a empresas privadas e outras entidades.

Considera-se que a *matéria* diz respeito ao objeto ou assunto sobre o que se exerce a força de um agente; *área* é o campo delimitado ou o âmbito de atuação do Serviço Social; e a *unidade* do Serviço Social, mais do que uma unidade administrativa pode ser interpretada como o conjunto de profissionais dentro da unidade de trabalho.

Atribuir contemporaneidade às funções e atribuições profissionais pressupõe, certamente, *apreender e explicar o que o assistente social faz na realidade, elucidando os fundamentos do trabalho profissional e seu significado social no processo de reprodução das relações sociais.*

Assim considerado, o projeto profissional expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional.

4. O Serviço Social e as estratégias para o enfrentamento da questão social.

As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (Oliveira e Salles:1998; Bravo:1996; Pereira:1998).

O primeiro projeto, de *caráter universalista e democrático* aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. Pensar a defesa dos direitos requer afirmar a primazia do Estado – enquanto instância fundamental à sua universalização - na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização e da democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias. Implica partilha e deslocamento de poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação. Supõe, portanto, politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados⁸.

No Brasil, no âmbito governamental, é da maior importância o trabalho que vem sendo realizado na *seguridade social* e, em especial junto aos Conselhos de Saúde e de Assistência Social nas esferas nacional, estadual e municipal. Somam-se os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas

⁸ Conforme pronunciamento de Marco Aurélio Nogueira no II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. Porto Alegre (RS), nov. de 2000.

para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais⁹.

O propósito é promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, para contribuir na definição de propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Nesse sentido é fundamental *estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública*. Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender *o trabalho comunitário sob a sua direção*, tendo no *voluntariado* seu maior protagonista. Representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ideológica e política para assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade.

Nesse sentido faz-se necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais¹⁰. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem a partilha do poder e a intervenção em processos decisórios, ou estimular vícios populistas e clientelistas quanto ao trato da coisa pública.

⁹ Segundo dados do MPAS/SEAS, em fevereiro de 2000, existiam conselhos de assistência instalados em 4383 municípios, dos 5 506 existentes no Brasil. (Cf. Demonstrativo dos Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social, fevereiro, 2000).

¹⁰ CARDOSO (1995), ABREU (2002) e SILVA (1995) são partes de um grupo de intelectuais que vem mantendo vivo este debate no interior do projeto profissional de ruptura como o conservadorismo.

É de suma importância impulsionar *pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais - dos segmentos populacionais atendidos*, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Aquele conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela mídia. Isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social – no emprego da linguagem escrita, oral e midiática -, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes para além das demandas instituídas.

Esse primeiro projeto é polarizado por um outro tipo de requisição, de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subverte o preceito constitucional. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. *São as definições orçamentárias - vistas com um dado não passível de questionamento - que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais.* A leitura dos orçamentos governamentais, apreendidos como uma peça técnica, silencia os critérios políticos que norteiam a eleição das prioridades nos gastos, estabelecidas pelo bloco do poder. A viabilização dos direitos sociais – e em especial aqueles atinentes à seguridade social - pauta-se segundo as regras de um livro-caixa, do balanço entre a crédito e déficit no “cofre governamental”. Conforme foi discutido *no II Encontro de Serviço Social e Seguridade Social*, realizado no Brasil, o orçamento público é a “caixa preta” das políticas sociais governamentais, em especial da seguridade social. *A elaboração e interpretação dos orçamentos passam a ser efetuadas segundo os parâmetros empresariais de custo/benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade. O resultado é a subordinação de respostas às necessidades*

sociais à mecânica técnica do orçamento público, orientada por uma racionalidade instrumental. A democracia vê-se reduzida um “modelo de gestão”, desaparecendo os sujeitos e a arena pública em que expressam e defendem seus interesses. ¹¹

As condições de trabalho e relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da contra-reforma do Estado (Behring, 2003) . Segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da “estratégia estatizante”, afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal- no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais.

Esse processo expressa-se em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para “organizações da sociedade civil de interesse público” e, de outro lado, em uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais, o que é evidente no campo da saúde, da educação entre muitos outros.

¹¹ Essas considerações também desafiam as instâncias de formação universitária no sentido de capacitar os futuros assistentes sociais, mediante elementos teóricos e técnicos, para a leitura crítica dos orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político ora em construção.

O chamado “terceiro setor”, na interpretação governamental, é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). O chamado “terceiro setor” é considerado como um setor “não governamental”, “não lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social, e daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por “organizações da sociedade civil de interesse público”. No marco legal do terceiro setor no Brasil são incluídas *entidades de natureza as mais variadas*, que estabelecem um termo de *parceria* entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais *instituições filantrópicas; o voluntariado e organizações não governamentais*: desde aquelas combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada “*filantropia empresarial*”. Chama atenção a *tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil*. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações –as chamadas *entidades civis sem fins lucrativos*–, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e “complementares”, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os *laços de solidariedade*. Salienta-se a *coesão social e um forte apelo moral ao “bem comum”*, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

A universalidade no acesso nos programas e projetos sociais, abertos a todos os cidadãos, só é possível no âmbito do Estado, ainda que não dependam apenas do Estado. Sendo um Estado de classe expressa a sociedade politicamente organizada e condensa um campo de lutas e compromissos em que a sociedade civil joga um papel decisivo para democratiza-lo e controla-lo. Ao mesmo tempo, é necessário que o Estado se expanda para a sociedade de modo a fazer prevalecer interesses mais coletivos e compartilhados, o que depende da luta *entre as forças sociais*.

Os projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica, que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo

interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto¹² do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento - o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

Constata-se uma *progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais*, decorrente da privatização das políticas sociais. Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias. Estas substituem os direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requerem a ingerência do Estado. O que passa a vigorar são *direitos atinentes à condição de consumidor* (Mota,1995). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são aqueles que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se inscreve o assistente social. O grande capital ao investir nos serviços sociais, passa a demonstrar uma “preocupação humanitária”, coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. Trata-se de um reforço à necessidade de transformar propósitos de classes e grupos sociais específicos em propósitos de toda a sociedade: velha artimanha, historicamente assumida pelo Estado e que hoje tem a mídia importante aliada nesse empreendimento.

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação,

¹² Trabalho concreto é aqui utilizado no sentido de Marx, como trabalho de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie.

saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio - o do mercado -, mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais valia decorrentes da industrialização dos serviços.

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizados na linha de frente das relações entre população e instituição ou, nos termos de Netto (1992), ‘executores terminais de políticas sociais’. Embora este seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas - com ênfase na sua municipalização - requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais - novas *funções e competências*. Estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais*. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções.

A categoria dos assistentes sociais, articulada às forças sociais progressistas, vem envidando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma “democracia de base” que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura. Tais elementos adquirem especial importância em nossas

sociedades latino-americanas, que se constroem no reverso do imaginário igualitário da modernidade; sociedades que repõem cotidianamente e de forma ampliada privilégios, violência, discriminações de renda, poder, gênero, etnias e gerações, alargando o fosso das desigualdades no panorama diversificado das manifestações da questão social.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania – preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada. E para impulsionar a construção de um outro padrão de sociabilidade, regido por valores democráticos, o que requer a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada.

Orientar o trabalho nos rumos aludidos, requisita *um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais*. Exige-se, para tanto, *compromisso ético-político* com os valores democráticos e *competência teórico-metodológica* na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos, aliados à *pesquisa da realidade* possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um *profissional versado no instrumental técnico-operativo*, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exerce-los.

Para finalizar, a sugestão do poeta brasileiro *Carlos Drummond de Andrade*: "*Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível*". Tropeçar no possível, mas sem desistir de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível. O projeto ético-político do Serviço Social é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade: o que se apresenta como obstáculo é apenas a

casca do impossível, que encobre as possibilidades dos homens construir sua própria história.

Bibliografia Citada

- ABREU, M. *Serviço Social e a organização da cultura*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BAPTISTA, P. N. “O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos” *Cadernos da Dívida Externa nº 3*. São Paulo: Programa Educativo da Dívida Externa –PEDEX- 2ª ed., 1994.
- BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs). *Pós neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo / Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1996.
- CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez./ EDUFMA, 1995.
- CASTEL, R. *et alii. Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.
- _____ *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente. Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. IN: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos I*. São Paulo, Ed. Sociais, 1977.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CRESS. 7ª Região–RJ. *Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções*. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, maio de 2000.
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- _____ *Relaciones Sociales y Trabajo Social*. Lima: CELATS, 1983.

- IAMAMOTO, M. *Servicio Social y División del Trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos* São Paulo: Cortez Ed, Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, vol.2, 1992.
- _____*El Servicio Social en la Contemporaneidad: trabajo y formación profesional* .São Paulo: Cortez Ed., Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, vol.9, 2002.
- IANNI, O. “A Questão Social” In: *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Ed.Brasiliense,1992, pp.87-109.
- LECHNER, N. “Los condicionantes de la gobernabilidad democrática en America Latina en fin de siglo”. In: FILMUS, D. (Comp.) *Los noventa. Política, sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo*. Buenos Aires: FLACSO/ EUDEBA, 1999.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio* . São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____*”O falso problema da exclusão social e o problema da inclusão marginal”*
In: *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Ed. Paulus: 1977, pp.24-38.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____*”Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil”*. *Serviço Social e Sociedade 50*. São Paulo: Cortez, 1996, pp. 87-132.
- _____*”A construção do projeto ético-político do Serviço Sócia frente à crise contemporânea”*. In: *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.
- NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da Política*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- OLIVEIRA, H. C e SALLES, M. A (Orgs.) *Relatório das Sessões Temáticas. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Trabalho e projeto ético-político profissional*. CFESS. Goiânia: julho de 1998.
- PEREIRA, P. “A política social no contexto da seguridade e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social”. In: *Serviço Social e Sociedade nº 56*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- YAZBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo,; Cortez, 1993.

_____ “Pobreza e exclusão social: expressões da questão social” *Revista
Temporalis* n° 3, ABEPSS, ano III, jan.-jun. de 2001, pp.33-40

